



“GIRUÁ, TERRA DO BUTIÁ”: NARRATIVAS ACERCA DA IDENTIDADE TERRITORIAL E CULTURAL

Luciana Valquíria Kremin Mai
Nairana Marczewski de Melo Macht
Serli Genz Bölker

RESUMO

Este trabalho propõe uma discussão teórica sobre as expressões indentitárias, territoriais e culturais baseada no inventário de informações acerca da inserção e resgate da historicidade do Butiá no Município de Giruá-RS. A discussão teórica, a partir de revisões bibliográficas, visa responder a seguinte indagação: É possível dizer que a valorização da cultura, como um mecanismo de historicidade coletiva, pode contribuir para o desenvolvimento local e regional?

PALAVRAS CHAVE: Identidade Cultural. Resgate Histórico. Desenvolvimento Regional. Palmeira Butiá.

1. Introdução

De onde nasce o amor? O amor por uma cidade, por uma cultura, pela terra que vivemos... Penso que esse amor nasce daquilo que cultivamos, que vivenciamos, que conhecemos. Amamos, o que vemos e admiramos e por isso a importância de oportunizar experiências de aproximação entre a comunidade e a cultura, entre o povo e suas raízes. (Fátima Marizete Fernandes, 2013).

As coisas mais importantes não podem ser medidas, mas podem ser escritas e faladas. A proposta deste artigo é versar sobre as manifestações de identidade e territorialidade representadas pela identificação com a fruta conhecida como símbolo do município de Giruá, o Butiá. De início se faz necessário compreender de que forma o butiá passa a ser entendido como um símbolo da própria história giruaense e para que essa compreensão seja possível é imprescindível que tenhamos conhecimento do que é



identidade num âmbito territorial. Como a identidade é construída? Como se estabelecem políticas ou ações de desenvolvimento a partir do conceito de território e de valorização de seus produtos?

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, existindo uma incorporação da dimensão simbólica e do imaterial no discurso do espaço geográfico. Essa incorporação tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens e principalmente das territorialidades e de pertencimento a um determinado lugar – construção social do território. A respeito da identidade em 1999, p.172, Haesbaert disse o seguinte:

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT, 1999, p.172)

Abordar a questão da identidade em tempos de globalização, onde parecemos cada dia menos territorializados e mais “espalhados” pelo mundo parece ser uma tarefa difícil, bem como, dizer de território, visto que o seu sentido pode ser utilizado de diferentes formas, o que implicará em objetivos e em resultados distintos. Mas se faz necessário discorrer sobre estas categorias, pois, falar de identidade implica dizer de nossa própria história no mundo e da forma como são configurados os territórios e os espaços que habitamos.

No conceito de território incorpora-se a apropriação do espaço pela ação social de diferentes sujeitos, ou seja, observa-se a existência de um jogo de poder entre os sujeitos que atuam num determinado espaço e como resultado do jogo de poder temos a definição de uma identidade relacionada a uma borda geográfica, ou ao espaço determinado, delimitado. O território surge, então, como resultado de uma atuação social que, de forma palpável ou absorta, se apropria de um espaço e se incorpora nesta ação tanto física como simbolicamente, e que pode ser denominado como um processo de construção social. Nas palavras de Milton Santos (2007) a territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos. Afinal, para este autor “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos,



moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade.” (SANTOS, 2007, p. 83-84).

Em razão disso é interessante pensarmos na origem da palavra território, esta deriva do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa espaço de terra apropriado. Na prática, este espaço de terra apropriado, nada mais é do que a possibilidade destes atores locais exercerem domínio, a partir do interesse comum de proteger, preservar, valorizar o que tem “de seu e de nosso” neste espaço, seja na esfera cultural, histórica, ambiental e das potencialidades econômicas, entre outras.

A configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que forma a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e sociedade. (SANTOS, 2014, p.85)

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social, que foi ao longo do tempo, criando significados, construindo de fato uma noção de pertencimento, e estas podem estar vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, território, e outros aparatos simbólicos, como também, podemos afirmar que são construídos a partir das relações de poder entre um grupo social com seu espaço. Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, e também do ponto de vista psicológico toda e qualquer identidade é construída, a partir das representações que nos são ofertadas pelos espaços e por quem faz parte de nossa vida. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, pela memória coletiva e por fantasias pessoais. Todos esses conjuntos de aparatos identitários são processados pelos indivíduos, daí que falar de identidade implica, sobretudo, conhecer a história da qual fazemos parte. Como escreve Haesbaert (1999, p. 180):

[...] uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. (HAESBAERT, 1999, p.180)

Portanto, a noção de identidade cultural está relacionada aos elementos culturais que fazem um território e a identidade e a diferença. Estes elementos são as bases para a



sustentabilidade de um desenvolvimento territorial com identidade cultural. A partir destes pressupostos, vamos abordar de que forma o butiá está inserido na construção fantasmática¹ dos moradores de Giruá uma vez que escolhemos os conceitos de identidade e território para dizer deste fruto.

2. O Fruto da História

Em 05 de julho de 1990 através do Decreto nº 972/90, foi instituído o butiazeiro como árvore símbolo do município de Giruá sob a justificativa de que a palmeira encontrava-se ainda em abundância no território pertencente ao município. Resgatou-se na época a raiz etimológica da palavra que nomeia o município, bem como se afirmou que a população de Giruá estava imbuída de um sentimento coletivo de firmar uma identidade cultural, assim querendo resgatar seus referenciais histórico-ambientais. Sobre Giruá conta-se que:

Giruá era habitado inicialmente por índios guaranis, e possuía uma vegetação muito peculiar do Rio Grande do Sul: Campos de barba de bode e butiazeiros. Após a criação do município de Rio Pardo, em 1809, Giruá passou a integrar este município. Anos depois fez parte de Cachoeira do Sul (em 1819)² e Cruz Alta (em 1834). Em 1873, com a emancipação de Santo Ângelo, todo seu território passou a fazer parte de Santo Ângelo, sendo reconhecido como Passo da Pedra. Os índios que aqui habitavam chamavam os abundantes butiazeiros de jerivás e pela grande quantidade dessa palmeira este local passou chamar-se popularmente de Jerivá. (INVENTÁRIO TURÍSTICO DE GIRUÁ, 2015).

Conta-se popularmente que, em razão da colonização dos imigrantes europeus, com predominância da língua alemã, não se conseguia pronunciar corretamente o nome Jerivá³ e a pronúncia passou a ser adaptada, transformando-se em Giruá. No inventário histórico da região encontramos muitos nomes com origem nas línguas sul-americanas, como as dos

¹ Freud utilizou o termo em alemão “phantasie” para designar o mundo imaginário e a atividade criativa que o anima. Fantasia consiste em cenas imaginárias onde o desejo se realiza de forma mais ou menos disfarçada. Tanto pode ser de ordem, consciente, inconsciente ou pré-consciente. O termo Frances “fantasme” (fantasma) indica determinada formação imaginária e não o mundo das fantasias, a atividade imaginativa em geral. (Vocabulário de Psicanálise. Laplanche e Pontalis, 2001, p.169)

² Embora existam divergências históricas sobre o pertencimento de Giruá ao Município de Cachoeira do Sul. A partir de registros oficiais do Rio Grande do Sul, Giruá, de fato, nunca pertenceu a Cachoeira do Sul.

³ “Jerivá” ou “jeribá” são termos oriundos do tupi – jeri’ wa.



tupis, dos guaranis e dos charruas que são línguas descritivas, ou seja, cada palavra contém dentro de si mesma a sua explicação, para que aquele que escuta possa compreender do que se está falando. São línguas descritivas, portanto, a predominância das palmeiras Jerivás naquele território o identificava como tal – o lugar dos jerivás – para estes povos tradicionais.

Ainda em relação à colonização da região, que hoje é denominada missões, esta teve início em meados de 1800, mas, foi precisamente no ano de 1824, que de fato começou no Rio Grande do Sul o processo de imigração europeia dos povos germânicos – uma vez que a Alemanha ainda não era unificada como nação⁴.

Considera-se a vinda desses imigrantes um marco para a história do Rio Grande, entretanto, foi no início do século XX que o incentivo à imigração na região ocorreu devido ao baixo valor da terra, que garantiu as primeiras formas de organização da economia familiar e a intensa mobilidade proveniente de outras colônias, tanto das denominadas velhas colônias, estabelecidas no decorrer do século XIX, quanto às recém-criadas.

A região missioneira atual destaca-se pela presença de inúmeros descendentes de diferentes etnias, porém entre esses a presença de descendentes de alemães é maior devido à migração mais recente. Após a primeira tentativa de instalação de colonos alemães na região na década de 1820, apenas no início do século XX é que os colonos germânicos retornam. Devido principalmente ao esgotamento das terras nas primeiras colônias do estado, houve a migração para outras regiões. (WESZ, 2014, p. 741).

Sabemos que existem muitos aspectos históricos de formação dos diversos grupos e muitos são os reflexos estabelecidos na organização, do trabalho e da convivência social, com influência nas questões relacionadas com padrões de desenvolvimento estabelecidos na Região das Missões. Como ponto de partida, importa destacar as colocações apresentadas por Rotta (1999, p.17), quando escreve “a formação da sociedade regional é analisada como produto da inter-relação entre os atores sociais que a construíram a partir das suas condições concretas de existência: seus sonhos, suas aspirações, sua concepção de poder, etc.”.

No que tange a colonização de Giruá, podemos dizer que não foi diferente, quanto aos sentimentos, esperanças e expectativas, pois conforme destaca o Inventário Turístico de Giruá (2013):

⁴ A Unificação da Alemanha como estado-nação aconteceu em 1871.



Giruá esteve compreendido dentro do polígono das antigas Reduções Jesuíticas do RS. Em 1809, com a criação do município de Rio Pardo, abrangendo mais da metade do Estado, o território onde Giruá se situa passou a pertencer a Cachoeira do Sul e, em 1834, a Cruz Alta. Com a emancipação política-administrativa de Santo Ângelo, em 1873, a região do Passo da Pedra, naquele momento praticamente desocupada, passa a fazer parte do novo município, como localidade do 6º Distrito de Santo Ângelo, com sede em 14 de Julho, atual cidade de Santa Rosa. Aproximadamente no ano de 1895 iniciou a vinda de colonizadores imigrantes de várias origens (alemã, sueca, italiana, polonesa e russa). Devido à grande oferta de terras, esperavam por uma oportunidade de sucesso econômico e um futuro promissor para seus filhos. As famílias que vieram para Passo da Pedra vinham de carroças de lona puxadas por mula, onde traziam o indispensável para começar a nova vida (algumas cabeças de gado, suínos, galinhas...). (INVENTARIO TURÍSTICO DE GIRUÁ, 2013).

A partir da historicidade é possível verificar que o município possuiu três nomes ao longo da história e foi com a inauguração da estrada de ferro, em 1928, que é substituída a denominação Passo da Pedra por Giruá, através da Lei nº 29 de 26 de junho de 1928 e em 1955 ocorreu sua emancipação político administrativa:

O município de Giruá emancipou-se em 28 de janeiro de 1955, (Lei nº 2601), composto de nove distritos. Em 1995 emanciparam-se três distritos. Atualmente permanecem: 1º Giruá- sede, 2º Mato Grande, 3º Cândido Freire, 4º Quinze de Novembro, 5º São Paulo das Tunas, 6º Rincão dos Mellos, 7º Rincão Maciel.

Portanto, é conferido ao município o nome originário da dificuldade colonizadora de pronunciar Jerivá, poderíamos tecer sobre este fato algumas considerações, uma delas indica que a história sempre que possível será contada a partir de um ideal preponderante de um discurso de poder colonizador, se escolhe as referencias e os personagens que se desejam como protagonistas, a fim de promover um espetáculo de “conversão” da história, algo que parece ter acontecido nas narrativas acerca da nomenclatura de Giruá.

Todavia, faz parte do processo histórico a existência do que poderíamos chamar de narrativas ocultas. Estas narrativas circulam clandestinamente e, principalmente de forma oral, mas, serão as oficiosas que ganharão os livros, porém, para existirmos coletivamente é preciso construir a identidade de um povo e estas identidades são construídas também a partir das histórias clandestinas, que não sendo possível seu apagamento, ganham contornos imaginários, simbólicos e tornam-se, de alguma forma, parte das oficiosas implicitamente – a história que a história não conta.



Dentro desse processo aparece a memória que pode ser interpretada como fenômeno social coletivamente elaborado e reproduzido ao longo do tempo, constituindo-se em patrimônio cultural. A memória tem como atributo permitir que o processo de identidade seja realizado entre iguais. A memória, portanto, não pode ser entendida como um relicário, mas sim, como lugar do imaginário e da reconstrução da nossa condição de seres históricos. Acentuando o interesse pelo que se foi, podemos construir a memória daquilo que será.

É notório que a história contada sobre a origem do nome Jerivá, permaneceu viva no imaginário coletivo dos moradores e a partir da inserção da palmeira Butiá como árvore símbolo do município em 1990 foi possível, a partir deste momento, pensar na importância simbólica desta ação, mas, foi somente no ano de 2003 que o Butiá passou a fazer parte além do imaginário coletivo como apropriação cultural de sua história de origem, o butiá também passa ao plano concreto para ser englobado aos recursos não só imateriais como materiais, a exemplo da realização da festa local trazendo como principal marca a gastronomia do fruto butiá com propósitos de desenvolvimento cultural agregado ao desenvolvimento econômico:

Foi um sentimento que atingiu as lideranças em todos os setores da comunidade, destacando que essa preocupação com a identidade histórico-cultural também estava ligada com a preservação ambiental, destacando-se a palmeira do butiá. Nos anos de 1999, 2002 e 2003, a Administração Municipal realizou o “Canto das Terra dos Jerivás”, evento este que além de valorizar a música nativista tem como objetivo central enaltecer nossa terra dos butiazais. A música Essência Guarani⁵, composta pela poetisa giruaense Cecília Maicá, fala de nossas origens, suas belezas naturais fazendo referência especial ao butiá. Esta música ficou em 1º lugar no 1º Canto da Terra dos Jerivás⁶ e destacando-se como melhor poesia. Os demais festivais realizados também deram ênfase ao butiá. (RICHTER, 2014, p. 17).

⁵ Terra índia, Chão vermelho, Pago missioneiro, Sangue guarani... Sangue guarani. Emprestou a cor vermelha ao teu chão, Terra dos dourados cachos de butiá. Ao sol de janeiro perfumando o ar Terra das boas aguadas, Das cachoeiras tantas – puros mananciais. Que quem mata a sede nas tuas vertentes, Por mais que se ausente, não te esquece mais. Eu sou missioneiro, cresci em Giruá, Correndo descalço na verde campina; Guarani-criança com o arco do talo verde de butiá jogando minhas flechas de ilusão no ar, Banhando meu corpo nas tuas cascatas, Matando a sede nas tuas vertentes, Comendo butiá E plantando meus sonhos em cada semente. O ventre vermelho tupi-guarani Guardou as sementes de um sonho guri Que desabrochou e veio me dizer Que a liberdade cheira a butiá. Os piás pelas ruas calmas de Giruá São índios meninos cheirando a butiá E atiram castanhas Sementes de sonhos que hão de vingar. (Poesia: Cecília Maicá. Música: Roberto Carlos Salas. Intérprete: Aureo Maicá.)



A associação entre identidade e cultura podem ser compreendidas como um mecanismo de resgate e valorização simbólica do **mito fundador**⁷ da cidade, por sua vez os mitos fundadores têm como característica serem mais significativos do que a realidade das coisas.

3. Butiá e Sustentabilidade

Trabalhar com a memória, com o resgate histórico é algo que inevitavelmente serve para analisarmos o passado, mas, sobretudo para construirmos nossa identidade social e coletiva. Portanto, memória é fundamental para rever o passado, porém não dissociado das questões do presente e relações de poder que atuam em sua utilização. Memória, nesse sentido, serve tanto para dominar quanto para resistir; tanto para manter, quanto para transformar; tanto para ocultar, quanto para desvelar. Precisamos estar cientes que no Brasil perpetuamos uma cultura de apagamentos de raízes originárias dos povos tradicionais, que somos resultado de uma multiplicidade de apropriações e re-criações. Milton Santos (2004, p. 59) nos diz que somos atravessados necessariamente por uma espécie de consciência filosófica que nos permite recriar, repensar e elaborar novos questionamentos, além de atribuir novos significados às coisas e que a presença de uma nova técnica, por exemplo, também modificará os valores pré-existentes. Digamos que cada variável hoje, presente na caracterização de um espaço, de um lugar aparecem com momentos distintos de instalação, pelo simples fato de que não foi difundido ao mesmo tempo, por isso, cada lugar se distingue por uma datação diferente de suas variáveis constitutivas. Em cada continente, país, região ou subespaço, cada lugar representa a soma destas ações particulares.

⁶ Em 2014, em razão dos 60 anos de emancipação política administrativa, o poder público municipal realizou um concurso regional de poesia o “Girúá em Poesia” e em 2015 o festival de música foi resgatado sendo renomeado como “Canto de Amor a Girúá”.

⁷ Mito Fundador: Na teoria freudiana, o recurso mitológico é utilizado como alegoria, como metáfora ou como uma anterioridade inacessível e não localizável na história do sujeito e também no âmbito da cultura. Os mitos não são narrativas de acontecimentos reais originários, mas construções que inventam começos e, assim, repaginam a posteriori a história segundo uma lógica temporal retroativa. História que não é de acontecimentos passados e remotos (...). O passado só existe na medida em que é historiado pelo presente: a história do sujeito é viva, constantemente (re)inventada e, nem por isso, menos verdadeira. (Barthes, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Difel, 1957).



É notório que as pessoas exercem diversas influências sobre os territórios em que habitam, assim como os próprios territórios também modificam a forma como as pessoas passam a perceber os outros lugares, os espaços e as próprias vivências que os constituem. Foi o que aconteceu com a realização da festa do butiá em Giruá, as pessoas passaram a compreender melhor sobre o lugar em que nasceram, sua pertença histórica, suas raízes e as raízes que os antecederam, dentre outros aspectos, como a consciência reflexiva sobre aqueles que os antecederam, mas, principalmente promover uma reflexão sobre as desigualdades colonizadoras. Visto que, não basta apenas fazer uma festa, é preciso contextualizá-la.

Com a organização da festa do Butiá, no ano de 2003, o fruto passou a ser parte integrante também da culinária da cidade e principalmente do artesanato de forma mais evidente, com o discurso baseado na importância ambiental do resgate das raízes estimulou-se o plantio das palmeiras, sobre a relação dos moradores locais com o butiá, pode-se dizer o seguinte:

Para muitas pessoas da comunidade a palavra butiá traduz sabores e renda, pois, com a folha da palma podem ser confeccionados adornos, bolsas, utensílios para a casa, chinelos, chapéus entre outros, e da polpa do fruto licores, geleias, compotas, molhos, sorvetes etc. Muitas pessoas da comunidade tem nestes produtos sua subsistência, destacando que o butiá significa um recurso socioeconômico importante para a população, o que é comprovado pela Festa do Butiá, realizada há alguns anos pela Administração Municipal. (RICHTER, 2014, p.19).

A sustentabilidade incorpora importante debate ambiental e de desenvolvimento, passou a ser o debate importante da sociedade local e sobre isso nos diz Garcia (2016) que a sustentabilidade decorre de sustentação, a qual, por sua vez, é relacionada à manutenção, à conservação, à permanência, à continuidade, e assim por diante. A própria manifestação de sustento, ligado a manutenção e permanência põem em evidência que para conservar alguma coisa, seja as palmeiras Butiás e a memória é preciso existir algum tipo de identificação (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. “Assim como a identidade individual, a identidade social é também carregada de subjetividade e objetividade” (HAESBART, 1999, p.174), acreditamos que no caso específico de criar possibilidades para sustento, renda e apropriação do espaço habitado, tanto pelas pessoas, como pelos butiás, foi preciso uma identificação positiva com a história, foi preciso um olhar para as raízes indígenas e não apenas ao olhar colonizador do espaço habitado.



Sabemos que uma Festa no sentido mais dinâmico da palavra, significa comemorar alguma coisa e sendo a festa do butiá um marco de importante apropriação simbólica, ficará gravada para as futuras gerações como um espaço de reencontro com as origens, e a memória não é algo do passado, é antes um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade e coerência, seja ele processado individualmente ou em grupo, em reconstrução e em criação, o fenômeno acaba tornando-se fator preponderante para o entendimento do sentimento de identidade.

Neste sentido o butiá é parte integrante de um discurso de reconhecimento e pertencimento à Giruá, e este discurso confere as pessoas singularidade, e historicidade, na medida em que, ao perpetuar a história dos antepassados, valoriza aquilo que pertence à cultura local. É possível afirmar que hoje se reconhece o butiá como parte da história e cultura do povo local, envolvendo muitas pessoas da comunidade que vivem da produção gastronômica e do artesanato, utilizando a palha do butiá com características próprias que o diferenciam e “promoveram destaque ao município a nível nacional e internacional” (RICHTER, 2014, p.25).

Os produtos com raízes são locais que se espalham e levam a história local, existindo não só um reconhecimento da história, mas também do trabalho das artesãs, pois em sua maioria são as mulheres que irão difundir comercialmente tanto os produtos gastronômicos, como a produção de vestuário e também artigos para decoração de ambientes (estes produzidos tanto com a palha da palmeira como com os caroços – sementes do fruto).

A utilização da palmeira e também das sementes do fruto como matéria prima remete a ideia de que “no começo da história do homem, seus instrumentos de trabalho eram separados; hoje estão cada vez mais indivisíveis” (SANTOS, 2014, p. 21), hoje é imprescindível que o trabalho faça sentido, que construa lembranças, o que também permite aproximar os artesãos do butiá com os povos tradicionais – os índios.

Não se pode esquecer que resgatar o trabalho manual artesão é também uma forma de arte e de apreço pela Cultura do Bem Viver. O Bem Viver edifica suas forças na interculturalidade, no respeito às diferenças e na celebração do Bem Comum. Em Guarani “Bem Viver” é representado por duas palavras “*Teko Kavi*” que significa viver bem ou respeito à vida. De acordo com Julien Vanhulst e Adrián E. Beling, a cultura do Bem Viver tem afinidade direta com a relação do homem com a natureza:



Si bien desde sus orígenes este nuevo discurso ambientalista apela a una revisión de la manera de pensar la relación entre los humanos y la naturaleza, la degradación del medio ambiente avanza a nivel mundial poniendo en tela de juicio la capacidad de la racionalidad cartesiana moderna para revisar sus bases e integrar el imperativo de la sustentabilidad. Simultáneamente, esta crítica posibilita la consideración de modelos culturales marginados y la emergencia de nuevas racionalidades excluidas por la modernidad eurocéntrica dominante. (BELING e VANHULST, 2013, p. 499)⁸.

Os novos discursos ambientalistas permitem então que surjam novas propostas para pensar o meio ambiente, seria então a festa do butiá também uma preocupação com a natureza? De acordo com Richter (2014, p.19): “além de preservar a cultura e história de nosso povo, este evento procura a valorização do que é próprio daqui, demonstrando uma preocupação com a conservação desse ecossistema”, tanto é assim, que no ano de 2014, junto a ExpoGirúá aconteceu o primeiro seminário sobre “Manejo e o Uso Sustentável dos Butiazais no RS”, pois Girúá destaca-se como pioneiro na utilização do butiá/butiazeiro como fonte de renda e cultura. E há que se dar destaque que em 2012, o artesanato giruaense, com o tema butiá/butiazeiro, representou o Brasil na 15ª Festa da Lusofonia, em Macau na China, através do convite feito por meio da “Casa do Brasil” daquele país.

Pode-se afirmar, então, que valorizar o artesanato, e os artífices do butiá tem relação direta com a conservação do ecossistema, que no passado era uma paisagem predominante na região e hoje conta com poucos remanescentes, é também pensar qual a cultura material e imaterial, qual território e espaço que se pretende transmitir as próximas gerações, lembrando que:

A configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que forma a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e sociedade. (SANTOS, 2014, p.85).

Podemos dizer que em Girúá o Butiá pode ainda ser entendido como bem material e imaterial e que se tornou representante de um construto social, isto é, tornou-se uma

⁸ Embora desde suas origens esse novo discurso ambiental requeira uma revisão do modo de pensar sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, a degradação do ambiente avança globalmente, questionando a capacidade da racionalidade cartesiana moderna de rever suas bases e integrar o imperativo de sustentabilidade. Simultaneamente, esta crítica possibilita a consideração de modelos culturais marginalizados e o surgimento de novas racionalidades excluídas pela modernidade eurocêntrica dominante. (Tradução nossa)



identidade adquirida e inventada em um sistema social e que se mantém, pois existem utopias partilhadas. Quando se preserva e conserva-se a memória social (coletiva) do que fomos e do que somos, e do que construímos, cria-se no indivíduo a identificação junto ao sentimento de pertencimento a um determinado local ou fato histórico, gerando a identidade de uma comunidade, é assim que o conhecimento, o saber-fazer local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade presente entre os atores locais, formam o que Ostrom (1995) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para o autor, esse capital é que estabelece o potencial do desenvolvimento do território.

4. Considerações Finais

Como abordamos ao longo do texto a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, a memória é também fator importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, de um grupo e de uma cidade. A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca e também sinal de sua cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos até as iniciativas comuns.

Do ponto de vista da diferenciação, é a identidade cultural que definirá o que cada grupo é e o que diferencia uns dos outros. A ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta destes para se sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo ou momento histórico, dessa maneira não pode a memória ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, antes sim, deve ser entendida como um processo dinâmico da própria rememoração, o que estará ligado à questão da apropriação identitária. No tocante a questão Giruaense, criar subsídios para rememorar sua história é possibilitar que exista em reconhecimento e respeito ao meio em que tanto os butiazeiros quanto as pessoas coexistem harmoniosamente. Identificar-se com nossa própria história é o primeiro elemento para a transformação e essa pode ser concretizada no plano sustentável, econômico e cultural.



A transformação provocada pela apropriação identitária pode ser a etapa principal da criação coletiva de uma lei, por exemplo, que proteja os butiazeiros e que promova o seu plantio nos espaços privados e públicos. Também, é da ordem da transformação identitária que se pode tornar a Festa do Butiá um patrimônio cultural da cidade, para que esta não seja apenas proposta de governos que vem e vão conforme eleições¹, mas, se firmar com a criação de leis de implementação e proteção da árvore símbolo, bem como, para que no futuro possamos analisar também o que mudou na cidade a partir desta festa que traz em seu germe o espectro histórico e cultural da região podendo contribuir como um fator de desenvolvimento. Não só despertando o sentido de pertença para aumentar a autoestima da comunidade, mas, também assegurar o desenvolvimento do capital social podendo gerar oportunidades de emprego e renda, ou seja, a cultura é fator primordial na ideia de um desenvolvimento criativo e sustentável.

Destacamos que a festa do Butiá é uma iniciativa local, e que possibilita a integração regional, pois abrange o recorte territorial específico desta região, trás consigo os elementos materiais e imateriais de identificação com a região à qual pertence, inclusive, nas últimas festas possibilitou a integração para além das fronteiras, recebendo expositores e visitantes de países da América Latina.

Resgatar a história de Giruá é perceber que esta se encontra intimamente integrada à região das missões e a cultura dos povos tradicionais, bem como, com o mesmo aspecto de colonização. Giruá tem a sua marca *sui generis*, e também incorpora para si traços comuns da região como: agricultura, pecuária, colonização etc. E como mencionado acima à festa do butiá é uma iniciativa local, entretanto, nos arriscamos a dizer que esta poderia ser integrada a um plano regional de desenvolvimento, uma vez, que Giruá está nos marcos territoriais das regiões empobrecidas do estado. O empobrecimento, esgotamento, esvaziamento e deslocamento das pessoas para cidades maiores é marca comum da região, isso se dá pela ausência de oportunidades que gerem trabalho e renda e é neste território que a festa acontece, por isso, é preciso integrar os territórios, propor ações, como a exemplo da festa do butiá, o artesanato e a possibilidade de preservação e criação de mais butiazeiros, uma vez que, as políticas territoriais têm como função principal desenvolver regiões num processo endógeno, ou seja, elas cumprem a função de combater as desigualdades existentes no território, neste sentido, o butiá/butiazeiro poderia fazer parte, por exemplo, da consulta popular do estado, afim de, viabilizar investimentos que permitissem o cultivo dos butiás e a produção de seus derivados.



Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 1957.

COLEÇÃO GIRUAENSE DE ARTESANATO – **História da Festa do Butiá e História de Giruá**. Disponível em <<http://artesanatogirua.blogspot.com/p/historia-de-girua.html>> Acesso em 22/06/2018.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS MISSÕES. **Planejamento Estratégico**. [201?] Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=9Urkjjeva2g%3d&tabid=5363&mid=7972>> ou <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/PlanosEstrat%C3%A9gicos/tabid/5536/Default.aspx>> Acessado em 31/06/2018.

FERNANDES, Fátima Marizete. **Revista G Mais**. Mar/Abr/2013, nº 27, ano II.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. **DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento**. In: _____ Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.13, nº 25, p.133-153. Janeiro/Abril de 2016.

GLOBO RURAL. **Artesanato e Culinária Feitos com Butiá Vão Representar o Brasil na China**. (23/04/2012). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/04/artesanato-e-culinaria-feitos-com-butia-vaio-representar-o-brasil-na-china.html>> Acessado em 02/07/2018.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha no nordeste”**. EDUFF, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Identidades Territoriais**. In: **Manifestações da Cultura no Espaço**. Zeny Rosenhdal e Roberto Lobato Corrêa (Org). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acessado em 22/06/2018.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário de Psicanálise/Laplanche e Pontalis**. 4ª Ed. SP: Martins Fontes, 2001.

OSTROM, E. **Constituing social capital and collective action**. In: KEOHANE, R.O. e OSTROM, E (eds). Local commons and global interdependence. London: Sage Publications, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ, RS. **Decreto Municipal nº 972/90 de 05/06/1990**.

RICHTER, Elenir Maria. **Estudo do Lugar: Giruá e o Butiá, Manifestações da Cultura no Espaço**. Disponível em <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2424/TCC%20Elenir%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20%28Original%29.pdf?sequence=1>> Acessado em 23/06/2018.



ROTTA, Edeimar. **A Construção do Desenvolvimento: Análise de um “modelo” de interação entre regional e global.** Ijuí: Unijuí, 1999.

_____. **Novas Mediações Societárias Entre o Público e o Privado.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Tempo Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia/** Milton Santos em colaboração com Denise Elias. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Espaço do Cidadão.** 7ª. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

_____. **O Dinheiro e o Território.** GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. Nº 1, p. 7-13, 1999.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2004. 4º ed.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20-45.

VANHULST, Julian. BELING Adrián E. **El Buen vivir: una utopía latinoamericana en el campo discursivo global de la sustentabilidad.** In: _____Revista Latinoamericana, Volumen 12, nº 36, 2013.

ⁱ Em 2016 houve a abertura do Quiosque Aldeia Yatay, às margens da RS-344. Era um espaço público de comercialização de alimentos e artesanato que contava com o trabalho de produtores de alimentos orgânicos, produção artesanal a base de butiá e recebia apoio financeiro do Governo municipal para custear as atividades do Quiosque. Durante a produção desta escrita soube-se que o Quiosque Aldeia Yatay encerrou suas atividades, segundo nota do Governo Municipal: “O motivo do encerramento das atividades do Quiosque seria por conta da vigilância municipal e estadual, que proibiu a venda de produtos sem registro, inviabilizando os produtos a base do butiá. O Prefeito Ruben que já havia articulado junto a vigilância estadual informou que trabalham para a legalização da comercialização dos produtos e na garantia da Feira do Butiá acontecer de forma segura. Ainda, os produtores sugeriram o apoio do Poder Público nos processos da base do Butiá, afirmando que, em Giruá, sempre foi pensado no comércio dos produtos, mas nunca na legalização e industrialização, para que possa expandir o mercado a base do nosso fruto”. (Notícia publicada em 10 de janeiro de 2019, disponível em: <https://www.girua.rs.gov.br/site/noticias>).